

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em Milhares de Reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, constituída com fundamento no art. 5º da Lei 3.115, de 16 de março de 1957, no disposto no Decreto 74.242, de 28 de junho de 1974, e no contido no Decreto 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, rege-se-á pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por seu Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis. A Companhia tem por objetivo:

- a) a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, em consonância com o Plano Nacional de Viação e, destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano, constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- b) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- c) a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;
- d) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano, de pessoas; e
- e) a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

Tendo sob a sua operação os sistemas de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. O desempenho da CBTU revela a sua capacidade em promover a mobilidade e a acessibilidade da população ao transporte público, através da adoção de diretrizes que consolidem metrôs e Veículos Leves sobre Trilhos – VLT's como principais modais para as grandes e médias cidades brasileiras.

Neste exercício a CBTU apresentou Patrimônio Líquido negativo conforme descrito na **Nota 14 – Patrimônio Líquido**.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria da CBTU em 11 de março de 2022.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a “moeda funcional”, que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

c) Uso de estimativa e julgamento

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua. As notas explicativas 8b, 10, 22 e 23 se inserem nesse contexto.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Adicionalmente ao descrito acima, as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

I. Regime de escrituração das transações

É adotado o regime de competência de exercícios para registro das operações.

II. Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

III. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais, auferidos até a data do balanço, conforme CPC 38 e em conformidade com a Resolução do Banco Central do Brasil – BACEN nº 3284 de 25/05/2005.

IV. Almoxarifados

Os estoques mantidos nos almoxarifados estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado. Está previsto para o exercício de 2022 a implantação de uma política de estoques de forma a atender o CPC 16.

V. Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido

Está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;
- Amortização do ativo diferido pelo método linear, à taxa de 10% ao ano;
- A CBTU contratou uma empresa especializada para realização do teste de Impairment, cujo relatório emitido em 26/01/2022, não identificou a necessidade de registro de Provisão para Ajuste dos Bens a Valores Recuperáveis, bem como da necessidade de Revisão de Taxas de Depreciação.

VI. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios pós empregos.

VII. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

i. Ativos e passivos contingenciais

Um passivo ou ativo contingente é uma obrigação ou direito possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilizado no balanço patrimonial quando a Companhia possui um passivo ou ativo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtidos futuramente. Os passivos e ativos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo.
- **Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitem sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

ii. Obrigações legais: fiscais e previdenciárias

Decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações contábeis.

VIII. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos respectivos períodos.

IX. Determinação do Valor Justo

As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

X. Demonstração do Valor Adicionado - DVA.

A partir do exercício de 2020, em atendimento aos dispositivos legais, em particular a Lei nº 13.303/2016 e o Decreto nº 8.945/2016 e regramento da CVM, a CBTU passou a apresentar a Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

A DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Empresa e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

NOTA 03 – DISPONIBILIDADE

Compõe este grupo os valores em Caixa, Valores em Trânsito oriundos da arrecadação, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata e a Conta Única do Tesouro Nacional, que engloba os repasses do tesouro e de recursos próprios para fazer face às despesas previstas no orçamento da CBTU. A rentabilidade líquida das aplicações no exercício foi de 2,6683% (2020 – 3,8235%).

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

	Dez/2021	Dez/2020
Caixa	80	74
Conta Única do Tesouro Nacional	44.732	68.337
Valores em Trânsito	3.491	7.904
Aplicações Financeiras	69.949	57.791
	118.252	134.106

NOTA 04 – CONTAS A RECEBER

As principais rubricas que compõem este grupo são as seguintes:

RFFSA – trata-se de desembolsos realizados pela CBTU, de responsabilidade da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são oriundos de desapropriações e obras realizadas pela CBTU, vitais para expansão do sistema de Belo Horizonte em áreas de influência de ambas as Empresas, tendo sido, desta forma, aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos. Tendo em vista estar, a extinta RFFSA, questionando por diversos motivos o referido critério de rateio de alguns valores, a CBTU, conservadoramente, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa aos valores sob questionamento.

Considerando que não houve acordo com a Inventariança da RFFSA, o processo foi encaminhado para a AGU de forma a mediar o entendimento entre as partes. As tratativas estão em curso, tendo sido realizadas várias reuniões com a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCCAF/AGU onde a CBTU apresentou suas considerações sobre os créditos, estando previsto ainda, no primeiro trimestre a discussão com as demais áreas envolvidas (MDR, Ministério da Economia e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN)

Créditos em Liquidação – nesta rubrica está registrado o valor devido pelo Consórcio Grande Recife, referente à parcela da CBTU na participação tarifária da integração ônibus/metrô, por ter havido contestação por parte do consórcio dos valores apresentados pela CBTU.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Existem três processos judiciais em curso cobrando o débito o que ensejou também a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN pela CBTU.

Foi protocolada também Representação contra os Presidentes do Consórcio e do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros – Urbana, no Ministério Público Federal.

Considerando que não existe expectativa de solução dos créditos com a RFFSA, o recebimento dos precatórios da ação contra a prefeitura de São Paulo e com o Consórcio da Grande Recife em cobrança judicial, a CBTU considerando os preceitos do CPC-01, provisionou o total desses créditos como perdas ao valor recuperável.

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

	Dez/2021	Dez/2020
RFFSA	14.145	14.145
Aluguéis a Receber	2.238	1.780
Prefeitura de São Paulo	723	723
Empregados Cedidos	698	546
Créditos em Liquidação	99.447	99.132
OUTRAS	506	455
	117.757	116.781
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(110.299)	(114.572)
Total	7.458	2.209

NOTA 05 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais estão representados em sua relevância como segue:

- a) **Penhoras Judiciais** – referem-se a penhoras na receita de bilheteria, preponderantemente nas Superintendências de Trens Urbanos – STU's Recife e Belo Horizonte.

Até o exercício de 2019 os valores relativos as Penhoras Judiciais eram classificadas no Ativo Circulante, pelo entendimento que na sua forma, seriam valores reversíveis em até 365 dias, seja pela recuperação, em caso de vitória, ou seja pelo pagamento da sentença pela União, em caso de derrota. No caso da CBTU, a maturação dos processos que envolvem penhoras, ultrapassava esse período, podendo chegar a dois anos. Todo o saldo foi reclassificado para o Passivo Não Circulante, de forma aderente em sua essência, ao que preconiza o CPC 26.

No exercício de 2020, os valores das penhoras para a REFER, no montante de R\$ 268.699, foram baixados contra o resultado, considerando o seguinte:

- Que o entendimento mudou, a partir da declaração da Advocacia Geral da União – AGU que o mérito era incontroverso;

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

- Que as tratativas do acordo chancelado pela AGU se dão pelo equacionamento do déficit atuarial e que o acordo não prevê nenhuma compensação pelos valores já pagos.

Em 31 de dezembro de 2021, a situação das Penhoras Judiciais da Empresa pode ser resumida como segue – **valores em R\$ mil**:

	Dez/2021				Dez/2020			
	BH	REC	OUTRAS	TOTAL	BH	REC	OUTRAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	86.652	6.056	225	92.933	253.371	116.739	5.792	375.902
Penhoras do Período	40.986	397	-	41.383	33.342	499	80	33.921
Recuperação de Penhoras	(56.070)	(281)	-	(56.351)	(40.710)	(5.649)	(1.832)	(48.191)
Reversão de Penhoras REFER	-	-	-	-	(159.351)	(105.533)	(3.815)	(268.699)
Saldo do Exercício	71.568	6.172	225	77.965	86.652	6.056	225	92.933

- b) **Depósitos Judiciais** – referem-se basicamente a pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam à reforma da sentença; depósitos judiciais cíveis, que são para garantia do juízo até a solução final da ação.

Para a apuração e levantamento dos Depósitos Judiciais, a CBTU firmou, em novembro de 2021, convênio com a Caixa Econômica Federal e, em março de 2022, com o Banco do Brasil. A execução do trabalho se dará ao longo de 2022.

Composição de Depósitos Judiciais – valores em R\$ mil:

	Dez/2021	Dez/2020
Saldo do Exercício Anterior	125.918	126.107
Adições	6.606	45.631
Baixas	2.818	45.820
Saldo do Exercício	129.706	125.918

NOTA 06 – DEPÓSITOS ESPECIAIS

Refere-se a depósito caucionado no Banco do Brasil, cuja origem foi o processo de renegociação da dívida externa pela União em 1993.

O objetivo do depósito é servir de garantia para amortizações da Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP, do período de 2015 a 2024, quando serão liquidadas. A dívida está consignada no passivo não circulante, na rubrica de financiamento interno. **Nota 11 – Financiamentos.**

O valor é atualizado pela variação do dólar americano e remunerado pela variação média do bônus de zero cupom do tesouro dos Estados Unidos da América.

Em 09 de abril de 2021 a CBTU quitou antecipadamente a dívida de financiamentos de R\$ 315.434 mil, utilizando o saldo dos depósitos especiais caucionados no Banco do Brasil de R\$ 302.730 mil e recursos do orçamento do exercício de R\$ 12.704 mil. A fundamentação da quitação foi a economicidade, uma vez que deixaremos de pagar juros e encargos da dívida de 2023 e 2024 de aproximadamente R\$ 46.517 mil.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 07 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Representa os valores de processos de restituições de Tributos e Contribuições Federais, preponderantemente de Imposto de Renda retido sobre rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios, corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

NOTA 08 – IMOBILIZADO:

a) Composição do saldo – valores em R\$ mil:

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO (%)	Dez/2021	Dez/2020
Terrenos	-	364.088	365.204
Edificações	1,25 a 2,00	649.646	648.034
Instalações	2,00 a 3,33	848.137	841.737
Equipamentos de Transporte Ferroviário	2,50 a 5,00	1.150.063	1.157.556
Veículos	20	12.058	12.158
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	72.286	74.973
Outras Imobilizações Tangíveis	10	44.051	36.983
Imobilizações em Andamento	-	903.618	1.566.467
Correção Monetária – Lei 8.200/91	Diversas	452.281	452.317
		4.496.228	5.155.429
Depreciações Acumuladas		(1.456.056)	(1.380.390)
Redução Valor Recup. Imobilizado		(583.086)	(1.286.503)
	Total:	2.457.086	2.488.536

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

	Dez/2021	Dez/2020
Saldo do Exercício Anterior	2.488.536	2.641.518
Adições	46.551	20.987
Baixas	1.837	5.441
Depreciações	76.164	88.216
Ajustes	-	80.312
Saldo do Exercício	2.457.086	2.488.536

b) Imobilizações em andamento:

Representa os investimentos em obras e aquisições cujos contratos estão em execução.

Existem valores pendentes de reclassificação para a conta de terrenos, oriundas de desapropriações nas STU's Belo Horizonte e Recife que não são depreciados, bem como as cisões para os respectivos Estados dos Investimentos nos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

A CBTU apresentou a relação dos contratos que compõem o valor a ser objeto de cisão complementar, conforme os acordos de estadualização para a CPTM, do Estado de São Paulo e para a Central Logística, do Estado do Rio de Janeiro, não havendo manifestação quanto a aceitação ou contestação.

Considerando que as tratativas com relação as cisões não foram concluídas, em 2019 foi provisionado o total dos investimentos do Rio de Janeiro e de São Paulo como Provisão ao Valor Recuperável desses investimentos, conforme fundamento nos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 27 – Ativo Imobilizado e CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Estes valores serão baixados quando da cisão com as empresas beneficiárias.

Neste exercício a CBTU reverteu o montante de R\$ 703.417 mil da Provisão ao Valor Recuperável, pela estimativa de desvalorização em função do tempo, sendo utilizado como parâmetro as taxas de depreciação dos investimentos, face as tratativas com a Central Logística e CPTM, de modo a demonstrar de forma a demonstrar seu valor atual para efeito das cisões.

As imobilizações em andamento podem ser demonstradas como segue – **valores em R\$ mil:**

	Dez/2021	Dez/2020
Sistema de Belo Horizonte	73.508	68.111
Sistema de Recife	183.376	139.321
Sistema do Rio de Janeiro	272.684	651.803
Sistema de São Paulo	230.090	554.388
Outras Obras	143.960	152.844
Subtotal:	903.618	1.566.467
Correção Monetária – Lei 8.200/91	32.810	32.810
Redução Valor Recup. Imobilizado	(583.086)	(1.286.503)
Total:	353.342	312.774

NOTA 09 – INTANGÍVEL

Está representado basicamente por direitos de uso e aquisição de softwares, sendo amortizados no prazo de vida útil definido.

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

	Dez/2021	Dez/2020
Saldo do Exercício Anterior	5.363	5.330
Adições	-	55
Amortizações	12	22
Saldo do Exercício	5.351	5.363

NOTA 10 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para Contingências representa a estimativa de riscos futuros com ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, movidas contra a empresa, em conformidade com a legislação societária e pronunciamento nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25). As provisões constituídas em 31 de dezembro de 2021 contemplam todas as ações conhecidas pela Empresa.

Das ações de natureza trabalhista, 827 foram classificadas como prováveis e 1.204 como possíveis. Das ações de natureza cível, 457 foram classificadas como prováveis e 731 como possíveis. Das ações de natureza tributária, 186 foram classificadas como prováveis e 61 como possíveis.

Dentre os principais objetos que compõem as ações de natureza trabalhista estão os pedidos de readmissão de empregados anistiados, o reenquadramento no Programa de Emprego e Salários (PES), incorporação da gratificação da função de confiança, isonomia, horas extra, periculosidade e ações civis públicas por demissões discriminatórias.

As dívidas classificadas como provável e possível com a Fundação REFER, não integram mais os riscos fiscais, uma vez que no dia 19 de abril de 2021 fora homologado em juízo, nos autos do processo nº 0009659-44.2012.4.02.5101 da 22ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro, o acordo definitivo, no qual a CBTU comprometeu-se a pagar à REFER de forma parcelada.

Nas ações trabalhistas que foram classificadas como prováveis, estima-se o pagamento de R\$ 102.530.769,88 nos próximos 12 meses.

As ações de natureza cível compreendem os pedidos de indenizações decorrentes de acidente ferroviário, desapropriações de imóveis, as condenações por responsabilidade subsidiária, terceirização ilícita e descumprimento de contratos.

A variação no exercício é devido ao provisionamento do valor de R\$ 325.187 mil do processo nº 0292185-80.2014.8.19.0001, movido pela empresa Ferreira Guedes, decorrente de atrasos de pagamentos de 1979 a 1990. O processo está em curso, com apresentação do cálculo do perito judicial, motivo pelo qual provisionamos o valor apresentado de forma conservadora, apesar de não concordarmos e estarmos questionando tanto o mérito quanto os cálculos, sem ainda ter decisão definitiva.

As ações de natureza tributária tratam de execuções fiscais e tributárias referentes a impostos, taxas e contribuições.

Para o cumprimento das ações cíveis e tributárias classificadas como prováveis, a estimativa é que seja pago nos próximos 12 meses o valor de R\$ 440.882.496,40 e R\$ 9.756.178,08, respectivamente.

Ressalta-se ainda que os valores foram estimados, podendo haver alterações quando ocorrer a real liquidação da obrigação e que o cumprimento das obrigações também depende da intimação judicial e de dotação orçamentária disponibilizada pelo Ministério da Economia.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

PROVÁVEIS	CÍVEIS	TRABALHISTAS	TRIBUTÁRIAS	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	172.785	2.755.147	141.632	3.069.564
Pagamentos de Sentenças	(25.485)	(148.462)	(79.952)	(253.899)
Reversão de Provisão	(147.300)	49.248	(61.680)	(159.732)
Provisão do Exercício	513.080	140.461	63.971	717.512
REFER	-	(2.655.933)	-	(2.655.933)
Saldo em 31/12/2021	513.080	140.461	63.971	717.512

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

POSSÍVEIS	Dez/2021	Dez/2020
Trabalhistas	302.343	263.897
Cíveis	76.877	77.494
REFER	-	1.867.871
Tributários	54.308	8.608
Total:	433.528	2.217.870

NOTA 11 – FINANCIAMENTOS

Os financiamentos foram obtidos pela RFFSA, na década de 1980, para ampliação e melhoramento das instalações e equipamentos do ativo imobilizado dos Sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

As parcelas de amortização do principal, bem como as despesas de juros e outras decorrentes dos financiamentos, são totalmente cobertas pela União, mediante subvenções.

As taxas de juros anuais aplicadas aos financiamentos variam de 5,8% a 8%, com vencimentos programados até o ano de 2024.

Os financiamentos são corrigidos pela variação do Dólar Americano.

As parcelas de amortização estão suspensas desde 2015, conforme previsto em contrato, que estabelece o pagamento do total do financiamento em 2024 utilizando os recursos caucionados no Banco do Brasil, consignados no Ativo não Circulante, conforme **Nota 06 – Depósitos Especiais**.

Em 09 de abril de 2021 a CBTU quitou antecipadamente a dívida de financiamentos de R\$ 315.434 mil, utilizando o saldo dos depósitos especiais caucionados no Banco do Brasil de R\$ 302.730 mil e recursos do orçamento do exercício de R\$ 12.704 mil. A fundamentação da quitação foi a economicidade, uma vez que deixaremos de pagar juros e encargos da dívida de 2023 e 2024 de aproximadamente R\$ 46.517 mil.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 12 – RECEITA DIFERIDA

Refere-se a contrato de locação para utilização de áreas de domínio da CBTU, que consiste basicamente na implantação de sistema cabo ótico destinado a serviço de telecomunicação.

O presente contrato vigerá pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de dezembro de 1999, com a realização da receita no valor mensal de R\$15,9 mil.

NOTA 13 – RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

Registra os recursos da União em investimentos para futuro aumento de capital, bem como os encargos financeiros pela variação da SELIC, oriundos da aplicação dos dispositivos do Decreto Nº 2.673 de 16 de julho de 1998.

No exercício, permanece ainda o valor de R\$ 9.142 mil (2020 – R\$ 8.768 mil) referente a atualização da SELIC no Passivo Não Circulante devido ao interstício entre a data da assembléia de 16/12/2019 e a data base utilizada para cálculo de 31/10/2019, sendo atualizado mensalmente.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital Social

O Capital Social integralizado está representado por 18.642.346.765.885 ações ordinárias nominativas com 100% de participação da União, sendo R\$ 6.596.610 mil.

Em 19/11/2021, ocorreu a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pela cisão parcial de dois terrenos da STU Belo Horizonte para a empresa Veículo de Desestatização MG Investimentos S/A – VD MG, resultando na redução de 3.155.886.260 ações, e R\$ 1.117 mil.

Reserva de Reavaliação de Bens

Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens, registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Utilizando a faculdade prevista no CPC 13, a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

Recursos para Aumento de Capital

A partir do dia 21 de junho de 2018 a CBTU passou de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública, deixando assim de haver correção pela SELIC nos valores ingressados como Recursos para Aumento de Capital, bem como passaram a ser contabilizados no Patrimônio Líquido, conforme o Manual do SIAFI – Macro Função 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Patrimônio Líquido Negativo

Neste exercício, a CBTU apresentou Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 1.167.330 mil, devido aos prejuízos acumulados.

A CBTU é uma Empresa Pública Federal dependente do Tesouro Nacional e como tal não está sujeita a lei de falência. Qualquer necessidade de recursos é provida pelo Governo Federal, não existindo risco de continuidade operacional.

NOTA 15 – RECEITA BRUTA

A variação da receita bruta em 2021 e 2020 está diretamente relacionada com a pandemia da COVID-19, conforme descrito na **Nota 22 – COVID-19 Impactos**.

	Dez/2021	Dez/2020
RECEITA BRUTA		
Transportes Ferroviários	158.056	129.254
Aluguéis e Arrendamentos	8.647	5.061
	166.703	134.315

NOTA 16 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

Segue a composição de Custos dos Serviços Prestados – **valores em R\$ mil**:

	Dez/2021	Dez/2020
Pessoal, Encargos e Benefícios	527.348	541.035
Concessionárias	55.588	52.428
Serviços de Terceiros	124.613	121.540
Materiais	24.707	16.712
	732.256	731.715

NOTA 17 – SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

Corresponde a recursos recebidos da União para complementar as despesas da CBTU.

Composição das Subvenções Recebidas – valores em R\$ mil:

	Dez/2021	Dez/2020
Pessoal, Encargos e Benefícios	629.531	625.884
Despesas Decorrentes de Sentenças	569.818	144.212
Custeio	53.764	267.663
Juros e Encargos da Dívida	17.448	14.003
Total:	1.270.561	1.051.762

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 18 – RESULTADO FINANCEIRO

Segue a composição de Receitas e Despesas Financeiras – **valores em R\$ mil:**

RECEITAS FINACEIRAS	Dez/2021	Dez/2020
Variação Monetária de Tributos a Recuperar	81	119
Variação Cambial de Depósitos Especiais	951	73.406
Juros de Aplicações Financeiras	1.692	2.046
Outras	46	132
TOTAL	2.770	75.703
DESPESAS FINACEIRAS	Dez/2021	Dez/2020
Juros e Encargos da Dívida com a REFER	885.141	280.533
Variação Cambial e Encargos de Financiamentos	1.798	80.460
Variação Monetária dos Rec. p/ Aumento de Capital	373	228
Baixa de Tributos a Recuperar	-	11.254
Outras	1.459	11
TOTAL	888.771	372.486
Total	(886.001)	(296.783)

NOTA 19 – INDÍCES ECONÔMICOS

Segue a composição dos Índices Econômicos:

	Dez/2021	VAR %	Dez/2020
LIQUIDEZ CORRENTE	0,18	(70,49)	0,61
LIQUIDEZ GERAL	0,10	(50,00)	0,20
ENDIVIDAMENTO	126,48	15,65	109,36
SOLVENCIA GERAL	0,79	(13,19)	0,91
GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS	(0,29)	222,22	(0,09)
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(213,18)	(74,54)	(837,27)

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o estabelecido no pronunciamento técnico CPC 05 - divulgação sobre partes relacionadas, enquadrando-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação. As transações da CBTU em dezembro de 2021 e em 2020 foram as seguintes:

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

a) Composição das Partes Relacionadas – valores em R\$ mil:

PARTES RELACIONADAS	VALOR DOS CONTRATOS	VALOR PAGO	
		Dez/2021	Dez/2020
EBCT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	2.262	438	122
DATAPREV	287	302	77
EBC-EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO	280	5	1
IMPRESNA NACIONAL	281	107	8
PETROBRÁS	26.706	11.222	3.452
PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO		PARTES RELACIONADAS	
ANDRE MARINHO DE SOUZA FILHO		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE	
ANDREA MARIA RAMOS LEONEL		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE	
BERNARDO SOUZA BARBOSA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DA ECONOMIA	
CIRANO LOPES DE OLIVEIRA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CBTU	
CLÁUDIO XAVIER SERFELDER FILHO		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DA ECONOMIA	
JAIME LEONCIO SINGER		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE	
JOSÉ MARQUES DE LIMA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIR. PRESIDENTE - CBTU	
MANOEL RENATO MACHADO FILHO		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DA ECONOMIA	
WELERSON CAVALIERI		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE	
PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO		DIRETOR DE PLANEJAMENTO - CBTU	
RODRIGO CARVALHO RIBEIRO DANTAS		DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - CBTU	
SÉRGIO SAMPAIO SESSIM		DIRETOR TÉCNICO - CBTU	
JOSÉ DIAS DA SILVA FILHO		GERENTE GERAL GESTÃO FINANCEIRA	

b) Plano de Previdência e Pensão a Empregados

A CBTU é patrocinadora de Plano de Previdência Complementar gerido pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, que é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O Plano CBTU é de Contribuição Variável (CV), modalidade que conjuga características de Contribuição Definida (CD), durante a fase de acúmulo, e de Benefício Definido (BD), a partir da concessão do benefício. O valor do benefício é calculado com base no saldo da conta individual, formada pelas contribuições patronais e pessoais em favor do participante, e com base nas hipóteses atuariais estabelecidas a seguir.

Os riscos atuariais do Plano se concentram na fase de pagamento dos benefícios, quando assume características de Plano de Benefício Definido (BD), e decorrem da possibilidade de não realização das hipóteses adotadas na avaliação atuarial frente à realidade observada, principalmente em relação à rentabilidade esperada dos investimentos e à sobrevivência da massa de participantes. De todo modo, todas as hipóteses envolvidas no cálculo atuarial e apresentadas neste tópico, se não realizadas, geram riscos para o Plano.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Segue o demonstrativo das Hipóteses Atuariais:

HIPÓTESES ATUARIAIS UTILIZADAS	31/12/2021	31/12/2020	FUNDAMENTAÇÃO DAS HIPÓTESES
Taxa de Juros Atuariais do Plano⁽¹⁾	4,75% ao ano	4,75% ao ano	É a taxa esperada de retorno de investimentos do plano de benefícios a longo prazo.
Indexador do Plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)	É a previsão de reajustes de benefícios, conforme definido nos regulamentos dos planos.
Crescimento Real de Salário⁽¹⁾⁽²⁾	2,00% ao ano	2,00% ao ano	É a expectativa de crescimento salarial acima da inflação, de acordo com a política de reajuste salarial da patrocinadora do plano de benefícios durante todo o período laborativo do empregado participante.
Fator de Determinação do Valor Real de Salários⁽³⁾	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos salários verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios da Entidade⁽¹⁾	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios da Entidade verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios do INSS⁽³⁾	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios do INSS verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Rotatividade⁽⁴⁾	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Reflete as taxas de desligamento da patrocinadora, por causas diferentes de morte, invalidez ou aposentadoria, inclusive daqueles que se desligam do plano sem se desligarem da patrocinadora.
Tábua de Mortalidade	AT-83	AT-83	Reflete a expectativa de vida média dos participantes válidos.
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Reflete a expectativa de vida média dos participantes inválidos.
Tábua de Entrada em Invalidez	Lighth Média	Lighth Média	Projeta a entrada em invalidez dos participantes.
Outras Hipóteses⁽⁵⁾			
Percentual de casados	90%	90%	Projeta o perfil familiar dos participantes.
Diferença de idade entre homem e mulher	4 anos	4 anos	

(1) O indexador utilizado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

(2) A hipótese de crescimento salarial foi indicada pela Patrocinadora, considerando a sua expectativa futura de reajustes salariais.

(3) A hipótese de rotatividade foi indicada pela Patrocinadora considerando sua expectativa futura de desligamentos dos Participantes do Plano. De forma conservadora, estamos considerando que 100% dos Participantes optam pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido na data do término do vínculo empregatício.

(4) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias. O fator de 98% indica que, em média, os benefícios perdem 2% do seu valor entre duas datas de reajuste, que seria a situação verificada com uma inflação anual compreendida no intervalo de 3,4% a 5,7% e reajustes anuais para reposição dessa inflação.

(5) Aplicável a todos os Participantes Ativos e Assistidos, tendo em vista que a composição familiar dos mesmos não foi disponibilizada pela REFER.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

QUANTITATIVO DE PARTICIPANTES DO PLANO		
	Dez/2021	Dez/2020
Participantes (*)	2.055	2.103
Assistidos (**)	967	1.035
Beneficiários	499	467
Total:	3.521	3.605

Obs.: (*) O quantitativo de Participantes abrange os participantes Ativos, Auto patrocinados e Vinculados (BPD).

(**) O quantitativo de Assistidos abrange as Aposentadoria Programadas, Não Programadas (Invalidez e Incapacidade Vitalícia) e Auxílios (Doença, Reclusão e Incapacidade Temporária).

Em 19 de abril de 2021, foi homologado o acordo para pagamento da dívida da CBTU com a REFER.

O acordo, no valor será pago em até 18 anos, em parcelas mensais, com juros de 6% ao ano e corrigido pelo INPC. O acordo resolve o déficit anteriormente existente nos planos da CBTU, CPTM, Central, CTS e METROFOR, que colocava em risco as aposentadorias e a continuidade da REFER. O saldo em 31 de dezembro é de R\$ 325.875 mil no passivo circulante e R\$ 2.876.357 mil no passivo não circulante, conforme demonstrado abaixo:

SALDO EM DEZ 2020 CONTA DE PROVISÃO	JUROS E ENCARGOS	AMORTIZAÇÕES		SALDO EM DEZ 2021
		ANTES DO ACORDO	APÓS O ACORDO	
2.655.933	885.141	23.341	315.501	3.202.232

De acordo com as informações mais atualizadas da REFER o plano apresentou superávit de R\$ 130.518 mil em 31/12/2021, não havendo necessidade de provisionamento de eventual plano de equacionamento.

NOTA 21 – REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

O Plano de Cargos e Salários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações pagas aos dirigentes e empregados.

No exercício de 2021 a maior e a menor remuneração mensal pagas aos empregados ocupantes de cargos permanentes foi de R\$ 41.745,91 e R\$ 1.742,67 respectivamente. Com relação aos dirigentes da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal paga foi de R\$ 22.352,89 e R\$ 9.686,25, respectivamente. A remuneração média paga aos empregados foi de R\$ R\$ 7.168,07 e aos dirigentes foi de R\$ 19.186,23.

Cabe ressaltar que todo salário acima do teto constitucional de R\$ 39.200,00 sofre corte até este valor.

NOTA 22 – COVID-19 IMPACTOS

Desde o início da pandemia, a Administração tomou as ações que acompanham e estão alinhadas às diretrizes e orientações emanadas dos órgãos centrais do Governo Federal, que lideram o processo de gestão dessa crise. Continuamos sob os efeitos da COVID-19, entretanto na média a receita tende a estabilização, sem sinais de recuperação mais acentuada, não sendo possível estabelecer parâmetros do que ainda é impacto da COVID-19 e o que já é uma mudança estrutural da economia, como estudo e trabalho remoto, alto desemprego entre outras, o que dificulta definir qual seria o patamar normal de operação.

Todo esse cenário só não afetou a operação e administração da empresa devido a CBTU ser uma empresa dependente da União e do atendimento por parte do Tesouro da reversão da fonte de recursos próprios para a fonte de recursos do Tesouro, que em 2021 foi de R\$ 56.243 mil (2020 – R\$ 81.162 mil).

NOTA 23 – PROGRAM NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

Em 08/05/2019, através da Resolução CPPI nº 60, a CBTU foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência – PPI e do Programa Nacional de Desestatização – PND, ratificada pela publicação do Decreto 9.999 de 03/09/2019.

A Resolução CPPI nº 160 de 02/12/2020 aprovou a Reestruturação Societária da CBTU com a criação de 05 subsidiárias integrais, com versões de parcelas de seu patrimônio pertinentes das atividades das suas Superintendências Regionais.

A reestruturação societária está em curso, devendo ser finalizada até julho de 2022, o que implicará na alteração da estrutura societária da CBTU de matriz e filiais para uma Holding, no caso da Administração Central, com 5 subsidiárias integrais.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022.

JOSE MARQUES
DE
LIMA:6514723543
4

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

**PEDRO AUGUSTO
CUNTO DE ALMEIDA
MACHADO:02865825701**

PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO
Diretor de Administração e Finanças Interino

JORGE LUIZ
OLIVEIRA DA
SILVA:87726467720
JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
Contador - CRC-RJ 062.918

Assinado digitalmente por PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA
MACHADO:02865825701
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=RFB e-CPT A3, OU=(EM BRANCO), OU=2911863600114, OU=presencial,
CN=PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO:02865825701
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022.03.24 14:37:12 -03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

Assinado de forma digital por
JORGE LUIZ OLIVEIRA DA
SILVA:87726467720
Dados: 2022.03.24 14:56:16 -03'00'